

AS REFORMAS EDUCATIVAS GLOBAIS E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR(BNCC)

Maria Raquel Caetano¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre as reformas educacionais globais e apresentar os interlocutores na construção da política educacional denominada Base Nacional Comum Curricular mostrando como influenciaram e disputaram essa política. A Fundação Lemann operou na organização do Movimento pela Base, influenciando de muitas formas a condução do trabalho, como recursos materiais, produção de conhecimento, poder de mídia e redes. No desenvolvimento metodológico, procedemos ao levantamento e análise de documentos oficiais, institucionais, relatórios e fontes secundárias: pesquisas e produções já desenvolvidas sobre o tema. Nas considerações, apresentamos o papel da Fundação Lemann na BNCC, influenciando e direcionando diretamente a formulação da política educacional.

Palavras-chave: Políticas; Reformas; BNCC.

Global educational reforms and the Curricular Common National Base (BNCC)

Abstract: This article aims to reflect on global educational reforms and present the interlocutors in the construction of the education policy called Common National Curriculum Base showing how they influenced and disputed this policy. The Lemann Foundation operated the organization of the Grassroots Movement, influencing the conduct of work in many ways, such as material resources, knowledge production, media power, and networking. In the methodological development, we proceeded to the survey and analysis of official, institutional documents, reports and secondary sources: researches and productions already developed on the subject. In the considerations, we present the role of the Lemann Foundation in the BNCC, directly influencing and directing the formulation of educational policy.

Keywords: Policies; Reforms; BNCC.

¹ IFSUL-Campus Sapucaia do Sul (caetanoraquel2013@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Atualmente, as reformas educativas globais têm sido cada vez mais adotadas pelos sistemas educacionais em todo o mundo e frequentemente tem sido promovido através dos interesses de agências internacionais de desenvolvimento e empresas privadas com intervenções na formulação de políticas. O objetivo comumente é melhorar a competitividade dos países, aumentando os níveis de aprendizagem dos alunos e, ao mesmo tempo, melhorar a eficiência dos sistemas educativos. Entre as políticas mais conhecidas que estão sendo aplicadas neste contexto estão as de gestão escolar, as políticas de responsabilização, avaliação de professores, currículo padronizado, fixação de metas e parcerias público-privadas no campo da educação.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as reformas educacionais globais, apresentar os interlocutores na construção da política educacional da Base Nacional Comum Curricular mostrando como se deu essa influência na construção dessa política. Justificamos a opção por analisar a BNCC pela aparente unanimidade em torno do seu significado mas, especialmente nesse artigo, as influências da Fundação Lemann no controle da construção da política curricular.

No desenvolvimento metodológico, utilizamos o levantamento e análise de documentos oficiais, institucionais, relatórios e fontes secundárias: pesquisas e produções já desenvolvidas sobre o tema. Apresentamos excertos da pesquisa de Rebecca Tarlau e Kathryn Moeller (2019) no qual examinam o papel das instituições privadas na Base Nacional Comum Curricular. Abordamos também, os sujeitos que participam do Movimento pela Base. Sujeitos na perspectiva de Thompson (1981), ou seja, sujeitos em “em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações e em sua autoconsciência dessa experiência” (1981, p.111).

REFORMAS GLOBAIS E EDUCAÇÃO

As reformas educacionais globais apresentam abordagem gerencial, tendem a modificar as condições de trabalho dos professores e suas responsabilidades, bem como a maneira pela qual o Estado e a sociedade avaliam seu desempenho. Um dos principais objetivos das reformas de gestão educacional é aumentar os padrões de qualidade educacional, mas sem implicar

em investir mais recursos nos sistemas educacionais. Essas reformas se concentram em como as escolas devem ser administradas, financiadas e sujeitas a medidas de responsabilização, bem como os incentivos devem ser introduzidos no sistema educacional para recompensar ou punir agentes educacionais como uma função de sua performance. O objetivo central dos que promovem esse tipo de reformas é melhorar os níveis de aprendizado dos alunos, mas em suas propostas e análises não são exploradas suficientemente a maneira pela qual as crianças aprendem e por quê. Ou seja, buscam transformar a educação, mas sem a participação diretamente daqueles que fazem parte da principal atividade educativa e os processos de ensino e aprendizagem.

Salberg(2012) ao abordar as reformas, avalia que desde a década de 1980, pelo menos cinco características globais são comuns nas políticas de educação e nos princípios das reformas e têm sido empregadas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e corrigir os aparentes problemas nos sistemas de educação pública, inserindo-as no Movimento de Reformas Educativas Globais, identificadas por Salberg(2012) na sigla em inglês *GERM*. Estão entre elas, a *padronização* da educação que envolve a construção de currículos pré-determinados e avaliação com foco nos resultados educacionais, ou seja, a aprendizagem dos alunos e o desempenho escolar em que se estabelece padrões de desempenho claros para escolas, professores e estudantes e que, necessariamente, segundo ele, melhorará a qualidade dos resultados esperados.

Estão na mira das reformas a reorganização de currículos padronizados, os sistemas internacionais de avaliação, além dos programas altamente estruturados que resultam dessas modificações como plano de aulas, formação de professores e programas para o ensino em escala mundial.

No Brasil, a partir das atuais reformas em curso, o foco nos assuntos centrais da escola passa a ser o currículo, além das avaliações internas e externas como as avaliações em larga escala (Pisa, Ideb, Prova Brasil) cujos resultados são utilizados como critérios de bom desempenho educacional e as disciplinas de português e matemática são usados como indicadores-chave do sucesso ou fracasso dos alunos, professores, escolas e sistemas educacionais em detrimento às outras áreas do conhecimento.

Conforme Salberg (2012) a busca por padronizações, que no vocabulário das reformas globais, apresentam baixo risco para alcançar os objetivos de aprendizagem, minimiza a experimentação, reduz o uso de abordagens pedagógicas alternativas e limita o risco no trabalho de escolas e salas de aula. Dito em outras palavras, a padronização é uma ferramenta considerada eficaz de controle da aula, sugere que o processo de ensino e a aprendizagem se torne restrito e que os professores enfatizem os conteúdos essenciais para preparar melhor os alunos para os testes e avaliações. Quanto mais alto o resultado da avaliação, menor o grau de liberdade dos professores e menor o risco na aprendizagem em sala de aula.

As reformas educativas globais se desdobram no Brasil ainda que, com características muito singulares de um país continental, multicultural, com uma história própria de construção e desconstrução da educação e da democracia, cujas ações aproximam a educação de um mercado cada vez mais global materializadas nas políticas educacionais.

Nos últimos anos, a aprovação da reforma do ensino médio, da BNCC e a política de formação de professores são exemplos de políticas inseridas nas reformas globais. No Brasil, essas reformas ocorrem sem o debate e a participação dos docentes, alunos e comunidade que integram as escolas e os sistemas. A opção de interlocução tem sido com o empresariado em detrimento daqueles que estão todos os dias nas instituições educacionais do país.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O MOVIMENTO PELA BASE (MPB)

O debate sobre a BNCC ganhou força em 2014 por ocasião da aprovação do Plano Nacional de Educação- Lei N° 13.005/2014 e quando o Ministério da Educação (MEC) retomou o debate para a construção dos 'direitos de aprendizagem' para a educação básica com o coletivo de educadores, que foi descartado. O que foi reforçado é a lógica de uma aprendizagem com base em competências, com concepção curricular restritiva e fortemente articulada a avaliação de tipo padronizada e estandardizada (DOURADO; OLIVEIRA,2018, p.40).

A primeira versão foi publicada em 2015. Em 2016, após o *impeachment* da presidente Dilma, e com a ascensão de Michel Temer ao poder, na gestão de Mendonça Filho e Maria Helena Castro, o documento passou por mais duas versões, pouco debatidas com os educadores e incluiu revisões internacionais baseadas no *Common Core* americano. Os resultados do *Common Core* americano vêm demonstrando que não há redução nos níveis de desigualdade social e racial com políticas centralizadas (RAVITCH, 2013).

A base aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a partir do documento do MEC em 2017, consolidou a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular que tomou o lugar de uma concepção de Base Comum Nacional, conforme Aguiar e Dourado (2018, p.7), “conceito construído pelo movimento dos educadores ao longo das lutas por uma educação cidadã”. A BNCC foi aprovada pelo CNE alinhado com o governo Temer e MEC, em dezembro de 2017, com voto contrário de três conselheiras² comprometidas com a educação pública e com as entidades educacionais que representam. Márcia Ângela Aguiar, na declaração de seu voto contrário a BNCC deixou claro que a mesma rompe com o princípio conceitual de Educação Básica, afronta o princípio da gestão democrática das escolas públicas; atenta contra a organicidade da Educação Básica necessária à existência de um Sistema Nacional de Educação (AGUIAR, DOURADO, 2017, p.21).

Da mesma forma, a conselheira Malvina Tuttmann, conclui seu voto afirmando “lutarei para que o diálogo democrático e republicano aconteça em todos os espaços e recantos do Brasil, inclusive neste colegiado” (Op. Cit., 2018, p.22). Nas palavras das conselheiras percebemos que o processo de elaboração e aprovação da BNCC não foi construído a luz da gestão democrática e está investida de interesses privatistas que serão implementadas nas secretarias de educação e escolas (PERONI; CAETANO, 2015).

Durante o processo de construção da base, movimentos empresariais se articularam através do Movimento pela Base Nacional Comum (MPB), que coordenou esse processo e se apresentou como um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atua, desde 2013, para

² As conselheiras que votaram contra a aprovação da BNCC foram: Márcia Ângela de Aguiar, Malvina Tuttmann e Aurina Oliveira Santana.

facilitar a construção de uma base de qualidade. Esse movimento foi coordenado pela Fundação Lemann em conjunto com outras instituições públicas e privadas influenciando a política educacional brasileira, assim como ocorreu no *Common Core* americano, financiado pela Fundação Bill Gattes(CAETANO,2019).

Quando surgiu em 2002, o objetivo principal da Fundação Lemann era melhorar a gestão e avaliação da educação pública brasileira. Como o Relatório Lemann de 2002 afirma, a fundação foi criada para concentrar-se na melhoria da metodologia de gestão na área da educação, e a introdução de uma cultura orientada para resultados (RELATÓRIO LEMANN, 2002). O relatório justifica este foco como a extensão lógica de boas práticas de negócios para a esfera pública educacional: “Vindo do mundo dos negócios, e sabendo a importância de medir resultados, acreditamos que um objetivo semelhante adaptado às necessidades da educação é uma necessidade” (LEMANN,2012, p.6). Assim, no próprio relatório da Fundação Lemann, seu objetivo era melhorar os sistemas de gestão e criar uma cultura de avaliações. Estas políticas estão alinhadas com as mudanças cada vez mais globais focadas para currículos comuns e avaliações.

Em 2014, conforme Tarlau e Moeller (2019, p.14),os participantes do Movimento pela Base conseguiram aprovar uma emenda ao Plano Nacional de Educação de 2014, que introduziu um cronograma para a criação de Padrões Nacionais de Aprendizagem[...] Uma executiva membro do Movimento pela Base, disse que uma vez que o objetivo de criar uma BNCC entrou no PNE 2014, deu um impulso muito grande ao movimento. “A criação de uma BNCC agora tinha um prazo para ser escrito até junho de 2016” (Op. Cit. 2019, p.14).

É nessa conjuntura que apresentamos as relações entre o público e o privado e a forma de atuação dos sujeitos a partir de Thompson (1981). Para o autor, entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições. Prossegue o autor afirmando que “Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações e em sua autoconsciência dessa experiência” (THOMPSON, 1981, p. 111). Para Thompson, relações determinadas são relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares.

Nesse contexto é que apresentaremos como os sujeitos individuais e coletivos se organizam em rede (BALL,2014). A organização do setor privado é cada vez maior e sua organização ocorre como uma rede. Para Ball e Olmedo (2013, p. 41), eles criam “[...] redes dentro de redes [...]”. Esses são canais para a promoção de políticas e as ideias delineadas [...] se formam e são colocadas em prática” para promover políticas, compartilhando conhecimento, ocupando espaço na mídia, em eventos e promovendo congressos, seminários e reuniões. Na rede, existem funções distintas: aqueles que estimulam a participação da iniciativa privada envolvem e fomentam ações conjuntas com propósito comum. Nas redes, há os que investem recursos financeiros nos projetos e há os que investem experiência e competências técnicas na divulgação do que chamam de boas práticas. Portanto, na rede, há os articuladores, os financiadores e os consultores.

Peroni (2015, p.26) adverte que “as redes não são abstrações”. Elas “são formadas e operadas por sujeitos individuais e coletivos em um projeto de classe e são parte de uma ofensiva histórica do capital neste período particular do capitalismo”.

Em relação ao Movimento pela Base, os sujeitos vão se movimentando, trocando de lugares e outros sujeitos vão se incorporando. A formação atual não é a mesma que iniciou o movimento em 2013, novos sujeitos foram se integrando a ele. Atualmente, o movimento apresenta a seguinte estrutura: Pessoas, Conselho Consultivo e Apoio Institucional (MOVIMENTO PELA BASE,2018). No quadro abaixo, apresentamos as instituições formadas por institutos, fundações, braços de instituições privadas e bancos (CAETANO,2019). No item pessoas, apresentamos os sujeitos e a instituição que representa. Essas ligações entre sujeitos individuais e coletivos foram realizadas através de mapeamentos³ em *sites*, artigos de jornais e material publicado nas redes sociais além de artigos já publicados de MACEDO (2014,2016); PERONI *et all* (2019), BERNARDI *et all* (2018); CAETANO(2019).

³ Todos as informações dos sujeitos individuais e coletivos foram retirados de materiais publicados em *sites* oficiais, artigos, jornais, mapeados conforme estudos de BALL(2014).

O grupo que compõe o Movimento pela Base, segundo ele mesmo, é formado por pessoas e instituições que atuam na área de educação. Muitos estão ou estiveram ligados a UNDIME, CONSED, CNE, MEC. Outros estavam inicialmente no movimento e alçaram postos no MEC, como é o caso de Kátia Stocco Smole ligada ao grupo Mathema que estava na primeira formação do MPB, ou Maria Helena Castro que foi secretária executiva do MEC na gestão FHC e Temer e faz parte da Abave (Associação Brasileira de Avaliação Educacional) que integra o Conselho Institucional do MPB. Ou ao contrário, estiveram em funções públicas e hoje estão no privado como é o caso de Ricardo Henriques que foi Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, e Diversidade do MEC(2004-2007) no governo Lula e hoje integra o Instituto Unibanco, Ricardo Paes de Barros, que foi Secretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2011/2015)no governo Dilma Rousseff e hoje está no Instituto Ayrton Senna e no Insper ou Maria Pilar Lacerda que foi Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação de 2007 a 2012 e hoje atua na Fundação SM ligada a Santillana. Essas relações entre público e privado são muito tênues quando tratamos de políticas educacionais no atual momento histórico, político e social.

Na tabela a seguir, apresentamos as “Pessoas”, sujeitos individuais e a instituição que representa.

Tabela 1 - Sujeitos individuais e as instituições que representam.

Sujeitos individuais	Entidades que representam
Aléssio Costa Lima	Presidente da Undime
Alex Canziani	Deputado federal e presidente da Frente Parlamentar da Educação
André Duarte Stábile	Ex-secretário municipal de Educação de São Caetano do Sul (SP).
Carmen Neves	Consultora do MEC
Artur Bruno	Professor de História e Geografia e Secretário do Meio Ambiente do Ceará

Antônio Ibañez Ruiz	Ex-membro do Conselho Nacional de Educação
Claudia Costin	Diretora do CEIPE/FGV
Cleuza Repulho	Ex-presidente da Undime
Dorinha Seabra Rezende	Deputada federal e integrante da Comissão de Educação da Câmara
Egon Rangel	Professor do departamento de linguística da PUC-SP
Francisco Aparecido Cordão	Ex-membro do CNE e titular da Academia Paulista de Educação
Frederico Amancio	Ex-Presidente do Consed e Secretário Estadual de Educação de Pernambuco
Guiomar Namó de Mello	Consultora de projetos educacionais e de formação de professores na SEE- SP e no MEC e membro do Conselho Estadual de Educação de SP
José Fernandes de Lima	Ex-membro do Conselho Nacional de Educação
João Roberto da Costa de Souza	Ex-secretário de Educação de Jacareí (SP)
Joane Vilela	Ex-Secretária de Educação de Foz do Iguaçu, ex-Secretária Adjunta de Educação de SP e ex-Dir. de Orientação Técnica da cidade de SP.
Kátia StoccoSmole	Secretária de Educação Básica do MEC (licenciada)
Lúcia Couto	Ex-Secretária de Educação de Embu das Artes/SP



Luís Carlos de Menezes	Professor Sênior do Instituto de Física da USP. Membro do CEE de São Paulo e do Conselho Técnico Científico da Capes/MEC para Educação Básica. Integrou o grupo de especialistas do MEC para a elaboração da versão preliminar da Base
Magda Soares	Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Helena Guimarães de Castro	Ex-Secretária-executiva do MEC
Maria Inês Fini	Presidente do INEP (licenciada)
Mário Jorge Carneiro	Chefe do Departamento de Matemática da UFMG
Mariza Abreu	Consultora da área de educação da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Foi secretária estadual de educação do RS no governo Yeda Crusius.
Natacha Costa	Diretora da Cidade Escola Aprendiz
Oswaldo Tietê da Silva	Presidente da Rede Integrada de Escolas Públicas do Rio Grande do Sul, associação de diretores de escolas públicas que busca uma educação pública de qualidade.
Paulo Schmidt	Secretaria de Educação do Estado do Paraná
Raimundo Feitosa	Secretário Municipal de Educação de São Luis (MA)
Raph Gomes	Diretor de Currículos e Educação Integral do MEC (licenciado)
Raul Henry	Vice-governador de Pernambuco

Ricardo Chaves de Rezende Martins	Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na área de Educação
Rossieli Soares da Silva	Ministro da Educação (licenciado)
Ruben Klein	Consultor da Fundação Cesgranrio
Suely Menezes	Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e conselheira do CNE
Teresa Pontual	Gerente executiva do CEIPE/FGV
Thiago Peixoto	Deputado Federal (PSD/GO)

Fonte: Movimento pela Base(2018). Organizado pelo autor.

Em relação as “pessoas” e as instituições que representam, participam do Movimento pela Base, secretários de educação e ex-secretários, integrantes e ex-integrantes do CNE, INEP, integrantes e ex-integrantes do MEC e o ex-ministro da educação Rossiele Rossi e atual secretário estadual de educação de São Paulo, além de deputados integrantes da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ex integrantes da Undime, consultores, além de pessoas ligadas ao Partido da Social Democracia Brasileira, entre outros, que participaram e participam de propostas privatistas para educação, em municípios, estados e no MEC. Sobre os sujeitos que participam do Movimento,

“cada membro da mobilização é um potencial de *advocacy*⁴. Eles são pessoas muito diferentes, o grupo é bastante plural, então

⁴*Advocacy* é, basicamente, um lobby realizado entre setores (ou personagens) influentes na sociedade. É na realização de processos de comunicação, reuniões entre os interessados e os pedidos entre essas influências que se dá o verdadeiro *advocacy*, que pode ter várias vertentes, como social, ambiental ou cultural. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article26c3.html?id.article=592>.

cada uma dessas pessoas tem um conjunto muito diferente de “interlocutores”. Os membros são a defesa do grupo porque eles falam com os interlocutores mais interessantes para eles. Há pessoas com maior diálogo com os movimentos sociais, há pessoas com mais diálogo com outras fundações, algumas pessoas conversam com o governo, algumas pessoas *estão no* governo. Então a mobilização é um organismo de *advocacy*, é muito interessante dizermos as mesmas coisas, com cores diferentes às vezes, mas os princípios são os mesmos. Em vez de ter uma defesa, você tem 60 (Entrevista Lemann Foundation, 2016). (TARLAU; MOELLER, 2019,p.15) (tradução livre da autora).

Ball (2014) tem pesquisado a ação dos filantropos e empreendedores de políticas e nos ajuda a compreender os movimentos da Fundação Lemann, cujo presidente é o empresário Jorge Lemann, um dos homens mais ricos do Brasil. A Fundação Lemann apoia, participa ativamente e é a secretária executiva do Movimento pela Base, que segundo o movimento é para garantir a qualidade do documento e de sua implementação.

No Relatório Anual 2014, informa que houve a intensificação na interlocução e parcerias com Undime, Inep, Capes, MEC, e secretarias estaduais e municipais. Em relação à Base Nacional Comum Curricular, o mesmo relatório apresenta que a Fundação Lemann participou ativamente da construção de um grupo plural que se mobilizou pela criação de uma Base Nacional Comum da Educação para o Brasil. Prossegue dizendo ainda que “produzimos estudos que contribuíram com o esforço do governo brasileiro de construir uma base comum para os currículos de todas as escolas do país. O tema entrou definitivamente na agenda pública nacional” (Fundação LEMANN. Relatório Anual, 2014, p.9).

Em estudo de Tarlau e Moeller(2019) sobre como uma fundação privada impulsionou os padrões de aprendizagem no Brasil, segundo os pesquisadores, houve uma tentativa de líderes corporativos angariar poder e influenciar a educação pública. Este estudo apresenta que,

Em relação a Fundação definindo a agenda, de acordo com um representante da Fundação Lemann, “o grupo de membros [individuais e institucionais] decide quais são as prioridades para o ano, as decisões estratégicas e esse grupo acompanha os desenvolvimentos do MPB. O Secretariado Executivo da mobilização está em contato com essas pessoas todos os dias,

literalmente, trocando ideias todos os dias, pedindo suas opiniões, conselhos e sugestões” (Entrevista *Lemann Foundation*, 2016).(TARLAU; MOELLER, 2019, p.16)(tradução livre da autora).

Durante a segunda metade de 2013, a Fundação Lemann ajudou a organizar uma série de eventos com os participantes do seminário para promover a ideia da BNCC entre um grupo não partidário de políticos e funcionários do governo. No entanto, ao invés da Fundação Lemann liderar esses esforços, os protagonistas eram agora, uma ampla gama de pessoas identificados como parte do Movimento pela Base que trabalhou para formar o consenso necessário para criar a BNCC. (TARLAU; MOELLER, 2019).

Para as pesquisadoras, a influência da Fundação Lemann pode ser classificada em quatro categorias: recursos materiais, produção de conhecimento, poder de mídia, e redes formais e informais (TARLAU; MOELLER, 2019, p.15).

Primeiro, em termos de recursos econômicos, a Fundação Lemann apoiou governos e funcionários do governo pagando pelo almoço servido em reuniões ou comprando bilhetes para funcionários poderem participar de eventos nacionais. Por exemplo, um dos professores que ajudou a escrever o BNCC, Tiago⁵, disse que o Movimento pela Base e a Fundação Lemann financiou muitas reuniões e viagens. Um entrevistado recordou, em particular, a importância deste apoio financeiro para grupos como o CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação).[...]Assim, a FL estava sempre na mesa porque eles literalmente pagavam pelo almoço (TARLAU; MOELLER, 2019,p.15).(tradução livre da autora).

Em segundo lugar, a Fundação Lemann também financiou e forneceu aos funcionários do governo informações relevantes através de seminários, traduzindo documentos internacionais para o português, financiando relatórios de pesquisa e convidando especialistas internacionais para falar sobre suas experiências e escrever os padrões nacionais de aprendizagem. A Fundação não

⁵ Acompanharemos as autoras, utilizando codinomes para sujeitos individuais, não identificando os entrevistados para preservar suas identidades.

ofereceu apenas insumos informativos, mas definiu os pontos e os critérios básicos para todo o processo de escrita.

Terceiro, a Fundação Lemann também influenciou o processo de redação do BNCC e angariou apoio para a política através de uma elaborada estratégia de mídia, na qual representantes treinaram dezenas de jornalistas para cobrir questões educacionais, incluindo a BNCC, e para dar a esta política uma luz positiva. A fundação realizou eventos que receberam ampla cobertura da mídia. [...] (TARLAU; MOELLER, 2019, p.15).(tradução livre da autora).

Peroni, Caetano e Aleraro (2019), observam que os interesses privados conduzidos pelo Movimento pela Base, coordenado pela Fundação Lemann, por meio do *Lemann Center*, ligado à Universidade de *Stanfort-USA*, buscou especialistas, ligados ao *Comum Core* americano, para revisar a segunda versão da base (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/pareceres>). Uma das revisões, datada de fevereiro de 2016, e assinada por David Planke alertava para uma possível oposição a base, a partir da experiência americana. A terceira versão foi revisada pelas instituições internacionais como *The Curriculum Foundation*, instituição inglesa, *Accara*, instituição australiana e Phill Daro e Susan Pimentel que atuaram no *Comomn Core* americano, além de Sheila Byrd Carmichael, que assinam a avaliação da BNCC (LEMANN CENTER 2015, 2016).

Quarto, a estratégia mais importante para influenciar os decisores políticos foi simplesmente construindo uma rede de políticos proeminentes e respeitados especialistas em educação que apoiaram a BNCC. Por exemplo, João, um membro executivo do Movimento pela Base, explicou: Meu trabalho era com os secretários da educação, era garantir que esse debate chegasse a fonte. Eu fui a reuniões com muitos Secretários Municipais de Educação, reuniões de UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), reuniões do CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação), a fim de trazer essa discussão (da BNCC) para esses grupos. (TARLAU; MOELLER, 2019, p.16).(tradução livre da autora).

Este processo de visitar funcionários de governos em todo o país e avançar a discussão da BNCC deu resultado, em 2016 o Movimento pela Base tinha 65 membros, todos poderosos influenciadores no campo educacional, especialmente instituições privadas. Esta rede incluiu 30 líderes da fundação, 19 autoridades educacionais, 8 pesquisadores universitários e 7 políticos.

Buscou-se assim, políticos de várias vertentes para tornar a iniciativa política não-partidária. Atualmente conforme mostramos no Quadro 1, houve mudanças na configuração do grupo pois alguns foram alçados ao Ministério da Educação. Isso demonstra a influência da Fundação Lemann no governo da época.

Uma das principais implicações das instituições privadas, nesse caso, a Fundação Lemann no Brasil, diz respeito as transferências de políticas educacionais que estão ocorrendo através de redes de sujeitos privados e corporativos, ou seja, um deslocamento do protagonismo do Estado para o setor privado de uma política estrutural de currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação vem sendo afetada pelo surgimento da agenda política, social, econômica neoliberal e global. Assim, diferentes países estão reformando seus sistemas educacionais, tornando-os alinhados ao mercado com características muito semelhantes. Faz parte das reformas a indicação das parcerias com o setor privado que são vistas como pragmáticas, orientadas para soluções flexíveis, eficientes e não burocráticas.

A educação brasileira passa a ser um campo de disputa de projetos entre o público e o privado, mas também ideológica e epistemológica. No contexto da BNCC, a Fundação Lemann influenciou diretamente na condução e construção da política com recursos materiais, produção de conhecimento, poder de mídia, e redes informais e formais. Formou uma grande rede com sujeitos individuais e coletivos na qual influenciavam secretarias municipais e estaduais de educação no apoio a BNCC. Para tal, financiou grupos estratégicos como secretários, políticos, professores, empresários e mídia em prol do projeto e buscou no *Common Core* estadunidense o modelo para tal intento.

O empresariamento da educação e da política educacional surge a partir da sintonia entre a dimensão econômica com a dimensão ideológica-cultural, da ampliação e do aprofundamento das disputas em torno da educação pública, em uma íntima conexão entre mercado, Estado e sociedade civil. A ação de filantropos e empreendedores na educação vem crescendo e com ele a ação cada vez mais aprofundada na condução da política educacional no Brasil e no

mundo. Um dos focos desta ação é o currículo comum padronizado e a avaliação.

Concluimos afirmando que o mercado passa a ser o parâmetro de qualidade e eficiência para a educação pública. Faz parte desse processo a desqualificação da educação pública e dos docentes, que atendem a maioria dos filhos dos trabalhadores nas escolas públicas pelo Brasil. A solução é apresentada pelos empresários/filantropos que prometem soluções simplistas e técnicas para problemas complexos em uma construção hegemônica de projeto educacional para a sociedade. Oferecem suporte técnico e apostam alto em debates políticos sobre questões urgentes como equidade, qualidade, inovação educacional. Eles apoiam funcionários do Estado quando chegam a um consenso sobre quais políticas adotar, organizando redes, financiando estudos de investigação e organizando seminários educativos.

Eles também oferecem financiamento e suporte organizacional para a implementação dessas políticas, o que Tarlau e Moeller (2019) chamam de filantropia de consentimento que deverá ser tema de novo artigo.

Procuramos demonstrar o papel da Fundação Lemann na BNCC, influenciando e direcionando a formulação da política educacional embora tenha atuado em rede com outras instituições privadas, o que chamamos de 'redes dentro de redes' (BALL, 2014). É fundamental a continuidade das pesquisas para compreender o papel do Movimento pela Base e da Fundação Lemann na implementação da BNCC nos estados e municípios do Brasil.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Márcia A. da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. [Livro Eletrônico]. - Recife: ANPAE, 2018.

BALL, Stephen. *Educação Global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa, UEPG, 2014.



BALL, Stephen; OLMEDO, Antônio. A Nova Filantropia, o Capitalismo Social e as Redes de Políticas Globais em Educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). *Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013. P. 33-47.

BERNARDI, Liane M.; UCZAK, Lucia H.; ROSSI, Alexandre J. A. Relações do Movimento Empresarial na política educacional brasileira: a discussão da Base Nacional Comum. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 29-51, jan./abr. 2018.

CAETANO, M. R. A Base Nacional Comum Curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira. *Revista Contrapontos (online)*, v. 19, p. 132, 2019.

DOURADO. Luiz Fernandes; OLIVEIRA. João Ferreira. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior. In: AGUIAR, Márcia A. da S.; DOURADO. Luiz Fernandes (Orgs). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. [Livro Eletrônico]. - Recife: ANPAE, 2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Relatório Anual 2002*. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2002>. Acesso em: 20 fev. 2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Relatório Anual 2015*. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2014>. Acesso em: 20 fev. 2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Relatório Anual 2016*. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2016>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para currículos: Direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? *Educação & Sociedade*, Campinas: Unicamp, v. 36, n. 133, p. 891-908, 2015.

MACEDO, Elizabeth. Por uma leitura topológica das políticas curriculares. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Arizona: *Arizona State University*, v. 24, n. 26, 2016.

MOVIMENTO PELA BASE. *Quem somos*. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 30 jun.2018.

PERONI V. M; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação Projetos em disputa? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

PERONI V.M; CAETANO.M.R; ARELARO.LISETE.R.G.BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. RBPAAE*. v. 35, n. 1, p. 035 - 056, jan./abr. 2019.

PERONI, Vera (Org.). *Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

SAHLBERG, Pasi. *Finnish Lessons: What Can the World Learn from Educational Change in Finland?* New York: Teachers College Press, 2011.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. ‘Philanthropizing’ consent: how a private foundation pushed through national learning standards in Brazil. *Journal of Education Policy*, jan.2019.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Recebido em 08/09/2019

Aprovado em 13/01/2020